



## Editorial

Neste número, dando continuidade à edição anterior, reunimos trabalhos de pesquisas e também pesquisas apresentadas no IX Encontro Regional da Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação ANPAE-Sudeste e XIII Encontro Estadual da ANPAE-São Paulo, realizado na Universidade Cidade de São Paulo.

Inicialmente, Nancy Rigatto Mello apresenta o artigo “Livro Digital Acessível: possibilidades e limites do uso da Tecnologia Assistiva”, no qual a autora parte do enunciado da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assegura o direito de todos à educação, à igualdade de condições de acesso, à permanência na escola e à continuidade nos níveis mais elevados de ensino. O Programa Mecdaisy possibilita a geração de livros digitais falados e sua reprodução em áudio, gravado ou sintetizado. Dessa forma, é feita uma reflexão sobre a introdução e continuidade de políticas públicas de orientação, popularização do uso e das ferramentas de socialização que podem ser frentes de ações, tais como: proficiência tecnológica, uso das tecnologias da informação e comunicação, da Tecnologia Assistiva e o Programa Mecdaisy, pois esses recursos podem servir de suporte a atividades para as pessoas adentrarem ao mundo letrado.

A seguir, Patricia Bioto Cavalcanti, Margarete Boccia, Adriano Nogueira, Rosiley Teixeira, Andreza Gessi Trova, no artigo: “Desafios para a universidade contemporânea: questões basilares, profissionalidade docente e currículo”, os autores discutem o texto a partir de três perspectivas: a crise na universidade, o trabalho docente e o currículo. A discussão elaborada tem como objetivo apresentar os parâmetros de análise para proceder à pesquisa sobre as universidades populares.

Egeslaine de Nez e Antonio Bosco de Lima, em “Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES): Instrumento de regulação na gestão das instituições de ensino superior brasileiras?” apresentam, como objetivo, identificar se o Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES), intitulado inicialmente como Processo de Bolonha, é reconhecido como um movimento regulatório que influencia a gestão de universidades no Brasil. O procedimento metodológico parte de um estado da arte/estado de conhecimento dos documentos que compõem o Processo, assim como sobre o tema da regulação e contempla a análise de conteúdo. A abordagem analítica dos dados é qualitativa. A relevância científica dessa investigação relaciona-se diretamente com o fato de apesar da existência de vários estudos dedicados ao EEES, poucos destes são do âmbito desta discussão que tem como um dos principais focos descritivos a regulação transnacional. Considera-se, finalmente, que se verifica uma complexa relação de entrelaçamento entre a regulação transnacional e as políticas públicas educacionais contemporâneas que se articulam dinamicamente e servem como aporte para algumas ações das instituições brasileiras.

Andréia Silva Abbiati e Sérgio Ricardo Evangelista, no artigo “Leis Orgânicas municipais e regime de colaboração”, estabelecem que a determinação do regime de colaboração no Brasil, instituído pela Constituição Federal de 1988, responsabiliza, mutuamente, os entes federados na garantia do direito à educação. Diante dessa determinação, os autores têm

como objetivo compreender a forma como o regime de colaboração foi contemplado nas leis orgânicas dos municípios pertencentes à Região Metropolitana de Campinas (RMC). Utilizam, como procedimento metodológico, a análise documental das legislações municipais. A análise realizada demonstrou que há uma tendência, nas diversas leis orgânicas, de tangenciar a expressão “regime de colaboração” por meio do uso de termos que remetem, quase sempre, à materialização desse regime.

Maria Eliza Nogueira Oliveira, apresenta “Indicadores de desempenho dos sistemas de ensino e determinantes da qualidade de ensino: análise da gestão educacional de municípios no interior paulista.” O objetivo geral dessa pesquisa é analisar a relação entre os indicadores de desempenho e a construção e materialização das diretrizes das políticas educacionais locais em instituições escolares do interior paulista que se destacam nos dados estatísticos disponibilizados pelo INEP. A esse objetivo maior, somam-se alguns objetivos específicos. São eles: analisar as concepções de educação, gestão escolar e qualidade de ensino veiculadas nos âmbitos dos governos, da mídia, dos periódicos qualificados e das concepções vivenciadas pelos integrantes das escolas públicas do ensino fundamental. Metodologicamente, a autora se baseia nos estudos das representações sociais (JODELET, 2001), considerando dois âmbitos principais de análise: o da circulação e produção de informações do ponto de vista organizacional (o da cultura da escola); assim como o da comunicação midiática (*Revista Nova Escola* e propagandas televisivas sobre o IDEB); a comunicação institucional (governos federal, estadual de São Paulo e municipais) e acadêmica (periódicos qualificados) e os estados e processos das representações sociais a partir do que pensam e concebem os diferentes integrantes das escolas em análise. Nesse texto, são apresentados os dados circunscritos à produção midiática (*Revista Nova Escola*), documentos legais dos diferentes âmbitos governamentais e, por fim, as representações sociais de gestores escolares, todos referentes às categorias em destaque: gestão, qualidade de ensino e avaliação.

Michele Pazolini e Eduardo Augusto Moscon Oliveira tratam dos “Desafios à oferta pública e obrigatoriedade do ensino médio no Estado do Espírito Santo em 2016”, trabalho este que se propõe a discutir os desafios à oferta do Ensino Médio no Estado do Espírito Santo. No Brasil, o Direito à Educação pública no contexto pós-constituição federal de 1988 tem se ampliando quantitativamente e qualitativamente. Mas ainda é um processo em curso não consolidado, em especial no acesso ao Ensino Médio. Essa etapa da educação básica tem sua expansão ligada ao desenvolvimento da sociedade brasileira, marcada pela seletividade e exclusão. Na reforma educacional dos anos 1990, tanto a educação infantil como o ensino médio não foram priorizados. Com a Emenda Constitucional nº 59/2009 a Educação Básica passa a ser obrigatória para todos aqueles que tenham entre 04 e 17 anos, sendo cobrada a obrigatoriedade somente a partir de 2016. Contudo, apesar de se constituir como um avanço, a obrigatoriedade deixa de existir para os cidadãos acima dos 17 anos, afetando aqueles que apresentam defasagem escolar. Apesar da expansão e democratização do acesso à educação básica, a adequação idade/série educacional ainda é um desafio imenso no Brasil. Nesse trabalho verifica-se que, apesar das regulamentações legais acerca da obrigatoriedade escolar que dá institucionalidade ao direito à conclusão da educação básica, a sua garantia e efetivação têm sido marcadas por problemas, contradições e desafios. O Espírito Santo, no contexto brasileiro, não foge à regra, uma vez que a realidade

observada é preocupante. Com uma oferta que pouco se amplia por parte do governo estadual, números elevados de evasão, repetência e distorção idade série, evidenciam que o planejamento para incluir os jovens de 15 a 17 anos no ensino médio em escolas públicas estaduais em 2016 tem sido insuficiente. É necessária uma maior mobilização da sociedade civil para que o direito à educação se efetive 'de fato' com uma oferta de qualidade para essa etapa da educação básica.

Nadia Pedrotti Drabach, analisa "Os conselhos escolares e a gestão das escolas públicas entre os anos de 1997 e 2007". Nesse trabalho, o objetivo consiste em apresentar e analisar os dados referentes a presença, atuação e composição dos conselhos escolares nas escolas públicas brasileiras de Ensino Fundamental entre os anos de 1997 e 2007. Este recorte faz parte de um estudo mais amplo desenvolvido ao longo do mestrado sobre o perfil dos gestores e da gestão escolar a partir da Reforma do Estado de 1995. O estudo utilizou como fonte empírica os bancos de dados referentes aos questionários aplicados aos dirigentes escolares através do SAEB nos anos de 1997 e 2003 e da Prova Brasil no ano de 2007. O texto procura apontar as mudanças e permanências no perfil dos conselhos escolares e as possíveis relações com a política educacional mais ampla.

Alessandra Martins Constantino Cypriano e Elisângela dos Santos de Oliveira, discutem "O planejamento educacional brasileiro: da tecnocracia à ação pública". Desdobramento da pesquisa de Mestrado em Educação, esse texto evidencia o caráter da regulação operada sobre a prática do planejamento educacional no contexto ambíguo do início do século XXI, sinalizando a emergência de múltiplos atores em torno do PNE (2011-2020). Para tanto, adota a orientação teórico-metodológica de que, para investigar a "coisa em si" e compreendê-la, é necessário considerar a lógica da totalidade. Levam-se em conta, para efeito de análise, os anos 1990 e 2000. Nesse entendimento, recupera a trajetória de construção do Plano Nacional de Educação (PNE) no Brasil e destaca os atores envolvidos nesse processo com enfoque nos anos 2000. Conclui que, no atual momento, embora o país vivencie uma relevante experiência democrática, o planejamento das políticas educativas demonstra um caráter profundamente fragmentário e complexo em virtude dos diferentes atores, e consequentemente dos diversos interesses, muitas vezes díspares, envolvidos nesse processo.

A **Entrevista** com Ângela Maria Martins, coordenadora do Mestrado Profissional Gestão Educacional, na Universidade Cidade São Paulo, apresenta uma discussão sobre o contexto legal no qual surgem os mestrados profissionais no Brasil, o público-alvo, as metodologias de pesquisa e seus resultados, as possibilidades e estratégias no desenvolvimento de pesquisas que visem à intervenção em escolas, universidades, órgãos públicos e não governamentais.

Para finalizar, a **Resenha**, de Sandra Lúcia Ferreira, aborda a obra BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino "O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto". (Orgs) CUNHA, Célio da; GADOTTI, Moacir; BORDIGNON, Genuíno; e NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros / Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. -- Brasília: MEC/SASE, 2014, destaca e recupera o marco e a defesa da obrigatoriedade, da laicidade, da gratuidade, a coeducação e a defesa do Estado como responsável pela disseminação da escola brasileira.



Esperamos que os artigos, a Entrevista e a Resenha aqui apresentados promovam instigantes reflexões e debates sobre as questões que tratam da Educação Inclusiva, da Educação Superior, do Mestrado Profissional, das políticas públicas de educação e gestão educacional,

Margaréte May Berkenbrock-Rosito

Editora

